

01 FEV 1992

JORGE ZAVERUCHA

A Teoria dos Jogos desenvolveu um jogo clássico: o Dilema do Prisioneiro. Este surgiu a partir da seguinte história: dois indivíduos, jogadores 1 e 2, estão presos em celas separadas. A polícia tem indícios de que cometeram um assalto, mas não possui provas suficientes para mantê-los na cadeia. Os prisioneiros podem se comportar solidariamente ou egoisticamente. O delegado proíbe a comunicação entre os prisioneiros e oferece o seguinte acordo: um deve incriminar o outro em troca da liberdade. Na verdade, o delegado está oferecendo aos presos as seguintes alternativas: a) caso o egoísmo prevaleça e haja delação mútua, os prisioneiros só sairão da cadeia depois do carnaval; b) se o prisioneiro 1 acusar o 2 e este não o incriminar, o 1 sai imediatamente da prisão e poderá usar parte do dinheiro roubado para brincar os festejos de momo. Por sua vez, o 2 só sairá da prisão depois do próximo Natal; c) ocorrendo o inverso, será a vez do prisioneiro 1 ficar encarcerado até dezembro e o 2 é quem desfrutará do carnaval com dinheiro no bolso; d) se houver solidariedade mútua, ou seja, um não acusar o outro, ambos serão liberados.

Portanto, a preferência de cada jogador é procurar acusar o colega, na esperança que este o inocente. Se o jogador 1 o conseguir, ele será um "esperto" e seu colega um "otário", pois este pagará sozinho pelo crime enquanto aquele estará em liberdade, usufruindo das benesses do assalto. Em síntese, para os jogadores 1 e 2 é sempre mais proveitoso ser egoísta que solidário.

A rolagem da dívida dos Estados e municípios, articulada principalmente pelos presidentes da República e do PMDB, enquadra-se no jogo acima descrito. Chame-mos de jogador 1 os (ex)governadores dos Estados de São Paulo,



Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, etc., e de jogador 2 os (ex)governadores do Ceará, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. O jogador 2 procurou se comportar solidariamente com os interesses da Nação e tratou de reduzir o déficit público: os bancos estaduais não foram clientelisticamente usados e os quatro governos resgataram grande parte de seus títulos públicos. Recursos que poderiam ser alocados para educação, saúde, etc., foram utilizados no combate ao déficit público. O jogador 1 teve um comportamento oposto. Egoísta, e preocupado com a próxima eleição, o jogador 1 pouco fez para estancar sua dívida: houve governador que não pagou um centavo sequer da dívida durante sua gestão!

Como a bancada dos governadores devedores possui maioria no Congresso, não foi difícil negociar com o governo a rolagem da dívida: um prêmio para os "espertos". Não foi à toa que o governador do Ceará, Ciro Gomes, afirmou se sentir um "otário" por se ter comportado solidariamente, enquanto os "espertos" foram premiados por seu egoísmo. O Congresso ainda tentou dourar a pílula e aprovou a dilatação dos prazos de pagamentos futuros para o jogador 2. Collor, todavia, vetou esse artigo. Ou seja, o Planalto ofereceu o paraíso aos maus pagadores e o purgatório aos que deram exemplo de austeridade pública.

Collor fala em entendimento nacional. Sua atitude, todavia, leva ao desentendimento e arbitragem presidencial, perdeu credibilidade. A partir de agora, o jogador 2 terá incentivo para se comportar "espertamente" e o jogador 1 não vê razão para mudar sua postura. Ambos os jogadores se comportarão egoisticamente e terminarão prisioneiros de suas mútuas desconfianças. Isso levará ao desastre coletivo: ambos irão para a prisão e o sonho do entendimento nacional fica cada vez mais longínquo.

■ **Jorge Zaverucha, doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Chicago, é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp**